

EDUCA PRODUTOS E SERVIÇOS

(em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

1. Informações da associação

1.1. Contexto operacional

O Educa Produtos e Serviços - em Recuperação Judicial, fundado em 19 de fevereiro de 2008, é uma associação civil, de Direito Privado, confessional metodista, de fins não econômicos e filiado à Rede Metodista de Educação, que tem por finalidade:

- I. Comercializar produtos farmacêuticos, esportivos e escolares em geral, para atender à necessidade dos cidadãos;
- II. Comercializar produtos de informática, programas e afins visando a inclusão digital;
- III. Prestar serviços de assessoria, treinamento e consultoria em hardware, software e correlatos;
- IV. Editar e comercializar livros, revistas, jornais, apostilas e outras publicações, visando disseminar conhecimento e proporcionar leitura de boa qualidade;
- V. Fomentar, incentivar e investir em projetos do Instituto Metodista de Ensino Superior;
- VI. Fomentar, incentivar e investir em projetos do Centro Educacional Wesleyano do Sul Paulista;
- VII. Elaborar programas de pesquisa, estudos e documentação que forneçam subsídios para a solução de problemas regionais e nacionais;
- VIII. Ministrando programas de treinamento e capacitação profissional;
- IX. Contribuir para a formação de uma cultura fundamentada nos princípios ético-cristãos;
- X. Promover-se como centro de elaboração e comunicação de cultura, de modo que responda às condições e necessidades econômicas, sociais, políticas e religiosas no Brasil;
- XI. Servir como organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de interesse público ou privado, em assuntos relativos aos diversos ramos do saber e à promoção do ser humano;
- XII. Manter intercâmbio e cooperação com outras instituições científicas e culturais, nacionais ou internacionais, tendo em vista o incremento das ciências, das letras e das artes;
- XIII. Desenvolver atividades editoriais, de difusão, rádio, televisão, marketing, por meio da internet e permutas de publicações técnico - científicas e culturais;
- XIV. Prestar serviços na área da saúde, como exames laboratoriais, avaliações físicas, fisioterapia, nutrição, psicologia, fonoaudiologia para atender as necessidades da comunidade, por meio de parcerias com o Instituto Metodista de Ensino Superior;
- XV. Locação de estúdios para áudio, vídeos, fotografias, informática e outros para atendimento da comunidade;

EDUCA PRODUTOS E SERVIÇOS

(em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

XVI. Promover, organizar, assessorar eventos de qualquer natureza para instituições, clubes e comunidade.

O EDUCA é mantido pela receita advinda de suas atividades comerciais e de prestação de serviços relacionados neste Estatuto, bem como doações, subvenções, legados, trocas, aluguéis, rendas patrimoniais, contribuições diversas e outras fontes .

As rendas do EDUCA somente podem ser utilizadas para realização de seus fins e em sua atividade, integralmente no país, e havendo eventuais superávits, estes serão revertidos na manutenção do desenvolvimento dos objetivos da associação, no território nacional, vedada a sua distribuição, a qualquer título, a membros da Assembleia Geral, instituidores, mantenedores ou benfeitores;

A Assembleia Geral, por voto da maioria de seus membros, poderá destinar parte de seu superávit como doação a entidades de fins não econômicos.

1.2. Impostos

(i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O Instituto, em virtude de ser uma associação sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999, e o artigo 150 da Constituição Federal.

(ii) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)

A Instituição goza de Imunidade Tributária conforme o disposto na Letra “c”, do Inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal;

1.3. Situação patrimonial e financeira

Conforme apresentado nas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2022, a instituição apresenta patrimônio social negativo no montante de R\$ 4.107.725 (R\$ 3.850.239 negativo em 31 de dezembro de 2021). Tais resultados são decorrentes de uma conjunção de fatores ocorridos nos últimos anos que afetaram o Instituto, como as incertezas macroeconômicas, diminuição de financiamentos do FIES e aumento na inadimplência dos mesmos, e redução no número de matrículas, agravados substancialmente pela pandemia COVID-19.

EDUCA PRODUTOS E SERVIÇOS

(em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Como forma de preservar as operações e as relevantes atividades sociais exercidas, focados no bem-estar dos alunos, funcionários e comunidade local, e de modo a viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira, em 29 de abril de 2021 foi promovido o pedido principal de recuperação judicial, cujo Plano de Recuperação Judicial é fundamentado na reorganização operacional e financeira, e para o reperfilamento do endividamento, bem como a adoção de diversas medidas operacionais.

Em 03 de dezembro de 2022, foi homologado o Plano de Recuperação Judicial votado pelos credores em 22 de novembro de 2022, com consequente concessão da recuperação judicial ao Grupo Metodista. Os desdobramentos decorrentes estão descritos na Nota Explicativa nº 19 - recuperação judicial.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas de entidades sem fins lucrativos (Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - ITG 2002 R1) e também pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - (CFC).

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir.

Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.2.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Instituto.

EDUCA PRODUTOS E SERVIÇOS

(em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

2.2.2. Apresentação dos Resultados Abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes referem-se à mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período resultante de transações e outros eventos que não sejam as transações de capital.

2.2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

2.2.4. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos os valores da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada conforme aplicação dos percentuais definidos na Nota Explicativa nº 6.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.2.5. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.2.6. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Instituição e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

EDUCA PRODUTOS E SERVIÇOS

(em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.7. Provisão para férias e 13º salário

A provisão para férias e 13º salário é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados acrescidos dos correspondentes encargos sociais.

2.2.8. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

2.2.9. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2022	2021
Caixa	395	995
Banco - contas correntes	11.036	10.523
	11.431	11.518

EDUCA PRODUTOS E SERVIÇOS
(em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

4. Contas a receber

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Adiantamento a fornecedores	113.717	113.585
Clientes	6.038	6.038
Adiantamento a funcionários	-	(213)
	<u>119.755</u>	<u>119.410</u>

5. Tributos a recuperar

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
ICMS a compensar	8.305	8.305
	<u>8.305</u>	<u>8.305</u>

EDUCA PRODUTOS E SERVIÇOS
(em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

6. Imobilizado

a. Composição dos saldos

Descrição	Taxa anual de depreciação	2022			2021
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Moveis e utensílios	10%	8.250	(8.250)	-	18
Máquinas e equipamentos	10%	1.890	(1.890)	-	266
Equip. de informática / ensino	20%	12.484	(12.484)	-	268
Instalações	10%	8.362	(8.362)	-	-
		30.986	(30.986)	-	552

b. Movimentação do custo

Descrição	2021	2022			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
Moveis e utensílios	8.250	-	-	-	8.250
Máquinas e equipamentos	1.890	-	-	-	1.890
Equip. de informática/ensino	12.484	-	-	-	12.484
Intalações	8.362	-	-	-	8.362
	30.986	-	-	-	30.986

EDUCA PRODUTOS E SERVIÇOS
(em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

7. Obrigações trabalhistas

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
INSS a recolher	1.008.423	876.190
Rescisões e homologações	353.697	353.697
FGTS a recolher	268.085	240.712
Serviços Avulsos s/ vínculo	31.756	34.481
13º Salário	29.305	31.689
PIS a recolher	26.933	23.132
Salários e Ordenados	23.882	47.194
Consignações Financeiras de empregados	17.522	17.522
Provisão de férias	17.634	13.307
Pensão alimentícia	11.367	-
Férias	3.713	3.138
Contribuição sindical a recolher	2.672	2.386
Provisão de FGTS férias	1.411	1.065
Provisão de PIS férias	319	279
Mensalidade Associativa	75	64
Contribuição Assistencial	72	63
Provisão de PIS 13º salário	26	57
	<u>1.796.892</u>	<u>1.644.976</u>

Face à sua condição de liquidez, o Instituto deixou de efetivar a totalidade das obrigações trabalhistas nos devidos prazos. Após o pedido de Recuperação Judicial, para sanar os valores não recolhidos, além de novos parcelamentos e/ou reparcelamentos juntos aos órgãos fiscais, a Administração apresentou à PGFN uma proposta de Transação Fiscal, detalhado em eventos subsequentes, conforme Nota Explicativa nº 20.

8. Obrigações tributárias

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
IRRF a Recolher s/ salarios	205.027	185.290
ICMS a Recolher s/ vendas	53.381	53.381
INSS a Recolher s/ serviços	50.750	44.805
IRRF a Recolher s/ serviços	18.875	17.278
ISS a Recolher s/ serviços	16.599	14.869
PIS/COFINS/CSL s/ serviços	478	438
	<u>345.110</u>	<u>316.061</u>

EDUCA PRODUTOS E SERVIÇOS
(em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

9. Receitas antecipadas

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Adiantamentos de clientes	1.027.046	935.205
	<u>1.027.046</u>	<u>935.205</u>

Os valores de receitas antecipadas se referem a adiantamentos recebidos de clientes.

10. Compromissos a pagar

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Compromissos a pagar	1.178.342	1.196.654
Total	<u>1.178.342</u>	<u>1.196.654</u>

<u>2021</u>	<u>Captações</u>	<u>Amortizações</u>	<u>Juros</u>	<u>2022</u>
1.196.654	20.820	(181.787)	142.654	1.178.342

Os saldos são relativos às operações com as Instituições de Ensino da Metodista, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

11. Patrimônio líquido

O patrimônio é constituído de bens, direitos, obrigações de qualquer natureza e por déficit e superávit acumulados desde a data de sua constituição os quais são mensurados e registrados com obediência à legislação específica aplicável e às práticas contábeis adotadas no Brasil.

12. Receitas operacionais

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita administrativa	242.332	7.211
Total	<u>242.332</u>	<u>7.211</u>

EDUCA PRODUTOS E SERVIÇOS
(em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

13. Despesa com pessoal

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Salários	(131.184)	(246.641)
Encargos e Benefícios	(44.863)	(56.605)
Serviços de terceiros e estagiários	(6.067)	(19.806)
Total	(182.114)	(323.052)

14. Despesas gerais e administrativas

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Impostos e taxas	(4.549)	(6.728)
Outras despesas	(577)	(75)
Total	(5.126)	(6.803)

15. Outras despesas

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Licença e manutenção do uso de softworks	(11.359)	(20.648)
Outras despesas operacionais	(5.464)	(14.295)
Alugueis	(130)	-
Lanches e refeições	(67)	-
Consultorias	-	(7.432)
Contribuições a associações	-	(990)
Total	(17.020)	(43.366)

16. Despesas financeiras

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Juros e Multas Passivos (a)	(286.040)	(158.774)
Comissões	(6.125)	-
Despesas Bancárias	(2.302)	(3.330)
Descontos concedidos	(576)	(6)
IOF/IOC	(1)	-
Total	(295.044)	(162.110)

(a) Do montante apresentado R\$ 142.654 refere-se à atualização das operações de mútuos realizadas com Instituições Metodista de Ensino, conforme Nota Explicativa nº 10.

EDUCA PRODUTOS E SERVIÇOS

(em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

17. Instrumentos financeiros derivativos

O instituto classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

O instituto classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e lucros a pagar, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

18. Declarações de Impostos e contribuições

As declarações de Imposto de Renda relativas aos cinco últimos exercícios estão sujeitas a eventual revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais. Outros impostos, contribuições e encargos, inclusive trabalhistas e previdenciários.

19. Recuperação judicial

Em fevereiro de 2021 foi contratado o escritório Galdino e Coelho e em março de 2021 a empresa Alvarez & Marsal para conduzir e assessorar o processo de Recuperação Judicial das Instituições de Ensino da Educação Metodista.

Em 14 de abril de 2021, foi deferida medida cautelar antecedente ao Pedido de Recuperação Judicial, com vistas a obtenção de efeito suspensivo das ações executivas, bem como para viabilizar o preparo das Instituições para a Recuperação Judicial, e em 10/05/2021 foi deferido o pedido de Recuperação Judicial. Ato contínuo foi nomeada a empresa Medeiros & Medeiros Administração Judicial, como administrador judicial, que em 28 de julho de 2021 apresentou parecer ao plano de recuperação judicial (PRJ).

EDUCA PRODUTOS E SERVIÇOS

(em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Em 05 de novembro de 2021 ao Superior Tribunal de Justiça deferiu pedido de tutela de urgência apresentado pelo Banco Santander (Brasil) S.A., para sustar o efeito suspensivo concedido ao recurso especial até julgamento pelo órgão colegiado. Tal recurso especial foi deferido em 09 de setembro de 2021 pela 3ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, o qual manteve o prosseguimento do processo de recuperação judicial.

Em 07 de dezembro de 2021 ocorreu a sessão da 4ª turma do Superior Tribunal de Justiça para apreciação dos recursos interpostos, com relação a do efeito suspensivo, porém houve pedido vistas ao processo, postergando a decisão do pedido de sustação, o qual o julgamento do Agravo Interno na Tutela Provisória nº 3.654/RS foi retomado em sessão de 15 de março de 2022, ocasião em que, por maioria, deu-se parcial provimento ao Agravo Interno, restabelecendo o efeito suspensivo e, conseqüentemente, retomando o processo de recuperação judicial com ressalvas em relação às travas bancárias. O acórdão do Agravo Interno foi publicado em 08 de abril de 2022.

Em 18 de abril de 2022, foi deferido, pelo 2º Juízo da Vara Regional Empresarial da Comarca de Porto Alegre - RS, autorização para a lavratura de escritura pública de desapropriação amigável referente ao imóvel de matrícula 2.549, na Comarca de Itapeva. Em 25 de abril de 2022 foi autorizada a escrituração do contrato de compra e venda firmado entre as Recuperandas, AL Incorporação LTDA. e KA Empreendimentos Ltda., por se tratar de negócio anterior e não de venda judicial, relativo aos imóveis de matrículas nos 82.903, 82.094 e 82.095 da Comarca de Passo Fundo.

Em 19 de maio de 2022, o 2º Juízo da Vara Regional Empresarial da Comarca de Porto Alegre - RS homologou a arrematação realizada, por intermédio de leilão eletrônico, do imóvel de matrículas nº 82.858 e 83.904, no Centro da Comarca de Passo Fundo-RS, e determinou a expedição de carta de arrematação, o que permitiu o ingresso em caixa, em 23/05/2022, para pagamento imediato e já efetuado de despesas extraconcursais que estavam em aberto e devida prestação de contas nos autos do processo.

Em 26 de maio de 2022, foi negado provimento, por unanimidade de votos, pela 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, ao recurso de Agravo de Instrumento interposto pelo Banco Bradesco, autuado sob o nº 5226005-48.2021.8.21.7000, que impugnava a prorrogação da extensão do *stay period* à Igreja Metodista no Brasil e autorizava a antecipada alienação de bens imóveis.

Em 06 de setembro de 2022 foi autorizado pelo Juízo a lavratura da escritura pública procedente da desapropriação amigável do imóvel de Matrícula nº 11.436, Comarca de Belo Horizonte/MG, conforme Decreto Municipal nº 17.834 de 30 de dezembro de 2021, oriundo do Município de Belo Horizonte/MG.

EDUCA PRODUTOS E SERVIÇOS

(em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Em 27 de setembro de 2022 ocorreu a alienação dos imóveis de Matrícula nºs 36.918 e 13.046, ambos do Registro de Imóveis da Comarca de Lins/SP, cuja homologação se deu em 30/09/2022. O recurso deste imóvel é destinado ao pagamento dos credores da Classe I do Quadro Geral de Credores.

Em leilão online sucedido em 06 de dezembro de 2022 foram arrematados os imóveis de matrícula nº 2.540, 2.692 e 1.181, Comarca de Santa Bárbara D'Oeste. A arrematação foi homologada em 13 de dezembro de 2022, e o valor de entrada deste imóvel é destinado ao pagamento de credor extraconcursal detentor de alienação fiduciária do imóvel, conforme aprovação da Assembleia Geral de Credores, ocorrida em 07/10/2022. O saldo remanescente da entrada será destinado ao pagamento dos credores da Classe I do Quadro Geral de Credores.

Todos os encaminhamentos estão disponíveis no site do administrador judicial (<https://www.administradorjudicial.adv.br/home>).

Assembleia Geral de Credores

Em 11 de maio de 2022 o Superior Tribunal de Justiça decide a razão de petição apresentada pelas recuperandas, que o acórdão da Tutela Provisória nº 3.654/RS já foi publicado e é o quanto basta para seu cumprimento, de modo a garantir os direitos dos requerentes diante do reconhecimento de sua legitimidade ativa para pleitear a recuperação judicial.

Diante da decisão em 13 de maio de 2022 foi publicado o edital de convocação da assembleia geral de credores para o dia 10 de agosto de 2022, porém a solenidade não foi instalada em 1ª convocação por insuficiência do quórum mínimo (exigência contida no artigo 37, § 2º, da Lei nº 11.101/2005). A assembleia foi instalada em 2ª convocação, no dia 24 de agosto de 2022, onde foram apresentadas modificações à última versão apresentada do Plano de Recuperação Judicial (PRJ), as quais foram aprovadas pela maioria dos créditos presentes, para suspensão da solenidade. Retomada a sessão no dia 07 de outubro de 2022, a assembleia de credores concordou com nova suspensão da solenidade para o dia 22 de novembro de 2022, bem assim como em alienação de bens imóveis.

Retomados os trabalhos no dia 22 de novembro de 2022, foi apresentada última versão do plano de recuperação judicial com atualizações, o qual foi votado e sua aprovação foi arrestada em razão de voto desfavorável do Banco do Brasil S.A., credor detentor de aproximadamente 74% dos créditos presentes na classe quirografária.

EDUCA PRODUTOS E SERVIÇOS

(em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Mediante a questão levantada de abusividade do voto da instituição financeira, a Administração Judicial submeteu a ata da assembleia ao Juízo da recuperação judicial solicitando a intimação das instituições e do Banco do Brasil S.A. Em sua decisão, o Juízo discorreu sobre a relevância do processo de recuperação judicial e a necessidade de aplicar um modelo estrutural de resolução ao litígio coletivo, que contempla múltiplos devedores e múltiplas obrigações. Quanto ao voto contrário ao PRJ pelo Banco do Brasil S/A, afirmou que houve violação do dever de boa-fé, resultando em conduta economicamente irracional sem explicação razoável, pelo que declarou a abusividade do voto - o que viabilizou, assim, a aprovação do PRJ pelos demais credores na forma do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005. O plano de recuperação judicial foi homologado pelo Juízo em 03 de dezembro de 2022, com consequente concessão da recuperação judicial ao Grupo Metodista.

Plano de recuperação judicial

O Plano de Recuperação Judicial (PRJ) visa preservar as operações e as atividades das Recuperandas, de modo a viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira, permitindo-se a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, e promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Avaliação de Ativos e Utilização de Ativos Imobiliários

O plano aprovado na Assembleia Geral de Credores em 22 de novembro de 2022 tem como base sólida a venda de ativos imobiliários, onde as Recuperandas e a Associação da Igreja Metodista (AIM) poderão alienar ativos imobiliários em forma de unidades produtivas isoladas (UPIs imobiliárias). As alienações dos ativos respeitarão o artigo 60 da Lei nº 11.101/05, com as alterações havidas pela Lei nº 14.112 de 2020.

Preferencialmente, os ativos imobiliários que serão objeto de venda na forma de UPIs serão aqueles nos quais não são, atualmente, desempenhadas as atividades das Recuperandas, e fazer frente a:

- (i) Compromissos estabelecidos junto aos credores concursais no âmbito do PRJ;
- (ii) Obrigações tributárias parceladas junto ao poder público a fim de sanear o passivo fiscal existente;
- (iii) Custos associados ao seu processo de Recuperação Judicial e sua implementação;
- (iv) Manutenção das atividades das recuperandas ao longo do período de implantação do Plano de Recuperação aqui exposto, onde haverá necessidade de caixa na sua fase inicial;

EDUCA PRODUTOS E SERVIÇOS

(em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

- (v) Complementarmente poderão ser definidas UPIs operacionais, caso seja necessário para cumprimento da forma de pagamento do presente plano de recuperação. Caso sejam criadas tais UPIs operacionais, parciais ou total, seguirão os processos de venda previstos em lei, além de notificação para as devidas aprovações junto ao Ministério da Educação e Conselho de Administração de Defesa Econômica (CADE).

No plano já foram formadas as UPIs Liberdade, Taquaral, e IPA, e poderão ainda formar, no curso do seu cumprimento, UPIs sobre ativos imobiliários e preferencialmente não operacionais, hipotecados em favor de Credores Hipotecários Colaboradores e Credores Hipotecários Colaboradores Aderentes, sendo certo que a venda de tal UPI somente poderá ser realizada mediante a expressa adesão e autorização do respectivo credor.

Em 26 de setembro de 2022 em leilão online foi arrematado o imóvel de Matrícula nº 96.437, Comarca de Passo Fundo/RS, e a operação do Instituto Educacional de Passo Fundo, o qual foi homologado pelo Juízo em 27 de setembro de 2022. A operação denominada 'UPI IE' é fundamentada pela Cláusula nº 2.5 do plano aprovado e homologado. O recurso desta operação é destinado ao pagamento dos credores da Classe I do Quadro Geral de Credores.

Reestruturação societária

As Recuperandas podem executar uma reorganização societária com o objetivo de converter parte ou todas as Recuperandas em sociedades empresárias ou transferir parte ou a totalidade das suas atividades operacionais para uma ou mais sociedades empresárias, caso julguem necessário e desde que tenham capacidade econômica para fazer frente aos custos da referida conversão, incluindo, mas não se limitando às obrigações fiscais inerentes a esta nova estrutura societária. Tal conversão ou transferência poderá ocorrer, portanto, quando houver geração de caixa disponível para fazer frente a tais compromissos ou se houver a necessidade de conversão ou transferência das atividades operacionais para uma ou mais sociedades empresárias para fins de captação de recursos e geração de receitas. Ainda, as Recuperandas podem executar uma reorganização societária envolvendo as entidades do próprio grupo, mantendo-se como associações ou adotando outras formas jurídicas sem fins lucrativos visando a organização da governança corporativa, atividades e ativos relacionados ao grupo educacional de maneira mais eficiente e produtivo.

Financiamento às recuperandas

A fim de dar continuidade as atividades das Recuperandas e auxiliar o soerguimento do Grupo, o Plano de Recuperação Judicial prevê o uso de linha(s) de financiamento(s) no curso da Recuperação Judicial. Tal modalidade está prevista de acordo com os termos dos artigos 67, 69-A, 69-B e 84 I-B da Lei de Recuperação Judicial, conhecida no mercado como DIP (*Debtor in Possession*), tudo com o propósito de conferir maior segurança e estímulos àqueles que pretenderem participar do processo de soerguimento.

EDUCA PRODUTOS E SERVIÇOS

(em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Em 14 de dezembro de 2022 foi aprovado pelo Juízo a contratação de financiamento DIP, em nome do Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista (IPA), conforme prevê o plano de recuperação judicial aprovado pelos credores e homologado judicialmente, em sua Cláusula n° 2.9.

Pagamento dos Credores

As formas de pagamento aprovadas levaram em consideração:

- (i) A capacidade de pagamento das recuperandas ao longo do tempo, além da disponibilização de imóveis não operacionais, bem como de eventuais unidades operacionais definidas pelas recuperandas. Além disso, estão sendo disponibilizados partes ociosas de imóveis operacionais. O uso do patrimônio possível e disponível das recuperandas e da AIM oferece solidez ao Plano de Recuperação e conseqüentemente ao pagamento dos credores;
- (ii) Preservação dos créditos de menor valor;
- (iii) Manutenção das atividades de ensino, e por consequência, garantia dos postos de trabalho.

Credores Classe I

No âmbito do artigo 54 Parágrafo único da Lei n° 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, os créditos trabalhistas cuja natureza seja estritamente salarial, vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial serão pagos, até o limite de cinco salários mínimos por trabalhador, em até 30 (trinta) dias da data da homologação do PRJ.

Com os recursos iniciais da alienação dos imóveis destinados a Classe I será feito um pagamento inicial a todos os credores trabalhistas no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil Reais), limitados ao valor dos créditos listados de cada credor. Dessa forma pretende-se alcançar de maneira mais célere o interesse dos credores mais vulneráveis.

Os credores trabalhistas que não forem integralmente atendidos nos pagamentos iniciais mencionado acima, o montante remanescente, sem incidência de deságio, será pago em até 12 (doze) meses contados a partir da data de homologação do PRJ. Caso a totalidade dos créditos novados não tenham sido honrados até o décimo segundo mês contado após a homologação do plano, a RME poderá estender o prazo por 24 (vinte e quatro) meses adicionais, para que o saldo remanescente dos créditos trabalhistas seja quitado em espécie, na integralidade desse saldo remanescente do crédito novado, com as devidas correções monetárias previstas.

Os pagamentos realizados aos credores Classe I serão corrigidos pela taxa de 3% ao ano pelo período entre a data de deferimento do pedido de recuperação judicial e a data de homologação do PRJ; e pelo índice IPCA/FGV pelo período entre a data da homologação do PRJ e a data de pagamento dos créditos.

EDUCA PRODUTOS E SERVIÇOS

(em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Mediante a homologação do PRJ em 03 de dezembro de 2022, iniciou-se em 20 de dezembro de 2022 o pagamento dos créditos trabalhistas com natureza estritamente salarial, vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial serão pagos, até o limite de cinco salários mínimos por trabalhador, conforme prevê a cláusula 3.2 do plano. Em 31 de dezembro e 2022 foram pagos 1.651 credores, no total de R\$ 4.434.649,07.

Credores Classe II

Os Credores com Garantia Real sofrerão deságio de 30% (trinta por cento) sobre a totalidade de seus créditos e receberão o valor remanescente em até 120 (cento e vinte) meses contados a partir da data da homologação do PRJ. Os pagamentos serão corrigidos pela taxa referencial (TR) acrescida de 3% ao ano (TR + 3% a.a.) pelo período entre a data da homologação do PRJ e a data de pagamento de tais créditos.

Credores Classe III

Todos os Credores Quirografários receberão o valor de R\$8.000,00 (oito mil Reais), limitado ao valor de seu crédito, em até 12 (doze) meses contados a partir da data da homologação do PRJ.

Os credores quirografários que não forem integralmente atendidos no pagamento inicial mencionado acima receberão o montante de R\$100.000,00 (cem mil Reais), limitados ao valor de seu crédito, em até 120 (cento e vinte) meses contados a partir da data da homologação do PRJ. Havendo saldo remanescente superior a R\$ 100.000,00 (cem mil) Reais, tais créditos sofrerão deságio de 30% (trinta por cento), limitados ao valor do crédito e pagos em até 120 (cento e vinte) meses contados da data da homologação do PRJ.

Os pagamentos realizados aos credores quirografários serão corrigidos pela taxa referencial (TR) acrescida de 3% ao ano (TR + 3% a.a.) pelo período entre a data da homologação do PRJ e a data de pagamento de tais créditos.

Credores Classe IV

Todos os credores ME e EPP receberão o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil Reais), limitado ao valor do crédito de cada credor, em até 12 (doze) meses contados a partir da data da homologação do PRJ.

Havendo saldo remanescente a ser pago, tais créditos acima de R\$ 8.000,00 (oito mil Reais), sofrerão deságio de 50%, o montante remanescente após o deságio será pago em até 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data de homologação do PRJ.

Os pagamentos serão corrigidos pela taxa referencial (TR) acrescida de 3% ao ano (TR + 3% a.a.) pelo período entre a data da homologação do PRJ e a data de pagamento de tais créditos.

EDUCA PRODUTOS E SERVIÇOS

(em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

20. Eventos subsequentes

Recuperação judicial

Em leilão online em 07 de março de 2023, o qual foi arrematado o imóvel de matrícula 74.416, Comarca de Porto Alegre - RS. Tal operação denominada 'UPI IPA', prevista na cláusula 3.7.7 do PRJ aprovado pelos credores, estabelece empreendimento imobiliário e o pagamento do credor hipotecário do imóvel. A arrematação foi homologada pelo Juízo em 09 de março de 2023, e o pagamento ao credor hipotecário aderente ocorreu em 20 de abril de 2023, dando quitação do crédito da Classe II deste hipotecário aderente.

O pagamento dos créditos trabalhistas com natureza estritamente salarial, vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial serão pagos, até o limite de cinco salários mínimos por trabalhador, conforme prevê a Cláusula nº 3.2 do plano, pertinentes a Classe I do PRJ, permanecem sendo efetivados. Até maio de 2023 foram pagos 2.930 credores, no total de R\$ 6.717.962,06, correspondente a 94% dos credores que tem direito ao recebimento deste crédito, não tendo sido realizado o pagamento apenas aos credores que não informaram seus dados bancários para fins dos depósitos, conforme estabelecido na Cláusula nº 4.7 do Plano de Recuperação Judicial.

O processo de recuperação judicial prossegue com os procedimentos inerentes, especialmente análise das divergências judiciais apontadas pelos credores e habilitações retardatárias. Há ainda tratativas com credores estratégicos e com potenciais adquirentes dos imóveis listados no Plano de Recuperação Judicial.

Alternativas de captação de recursos financeiros, via operação de DIP *Financing (debtor-in-possession)* continuam em tratativas, visando geração de recursos de capital de giro necessários ao fortalecimento e reorganização da prestação de serviços educacionais.

Transação fiscal

A transação fiscal junto à PGFN e RFB visa o equacionamento do passivo tributário, além de permitir a retomada da regularidade fiscal das Instituições de Ensino, possibilitando como exemplo, a celebração de convênios com entes públicos, face a expedição de certidão negativa de débitos.

Em 13 de maio de 2021 foi contratado o escritório Ramos e Zuanon Advogados com o propósito de assessorar as instituições pertencentes à Educação Metodista no levantamento e negociações dos débitos de natureza tributária (nas esferas federal e municipal), junto às respectivas procuradorias.

EDUCA PRODUTOS E SERVIÇOS

(em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

No dia 06 de agosto de 2021 foi apresentada proposta de transação tributária perante a Procuradoria da Fazenda Nacional da 3ª Região, posteriormente aditada, em 27 de setembro de 2021, para ajustar o cronograma de pagamento de acordo com exigência feita pelos procuradores encarregados da análise.

Entre dezembro de 2021 e abril de 2022 foram tratados junto a Procuradoria da Fazenda Nacional as alternativas para parcelamento do FGTS, que precisavam ser obtidas diretamente pelos procuradores junto à Caixa Econômica Federal. Ao final de abril de 2022, foram enviados os extratos com a possibilidade de parcelamento, e, na sequência, formalizada a transação do FGTS em relação às instituições que possuem débitos inferiores a R\$1 milhão.

Foi ajustado com a Procuradoria que novo pedido de transação, considerando agora em nossos cálculos os números do FGTS, seria apresentado até o final do mês de maio de 2022.

Em abril de 2022, a PGFN manifestou seu entendimento de que seria necessário o ajuste dos termos da transação para que fosse fundamentada na condição de entidades de ensino filantrópica, o que foi efetivado em julho de 2022.

Em agosto de 2022, foi protocolada petição ajustando novamente o fluxo de pagamento da Proposta de Transação, bem como ajustar a indicação dos imóveis a serem vendidos para a realização das amortizações extraordinárias.

Em novembro de 2022, foi protocolada nova petição incluindo débitos no fluxo de pagamento, indicando a utilização de depósitos judiciais específicos para pagamento dos valores de entrada do FGTS (inativo), eleger a forma de amortização de débitos e parcelas em decorrência de receitas extraordinárias, indicação a utilização de precatórios e recursos de imóveis específicos como forma de pagamento das parcelas, extensão de garantia a débitos de FGTS, além de requerer o levantamento de gravames de imóveis da Recuperação Judicial.

Em outubro/2023, foram assinados pelos dirigentes e Procuradoria da Fazenda Nacional da 3ª Região os termos da Transação Individual do FGTS e da Transação Individual de débitos inscritos em dívida ativa de natureza previdenciária e demais débitos.

Em dezembro/2023, foram finalizadas as assinaturas dos termos por todas as Procuradorias regionais e concluída a adesão do termo do FGTS perante a CEF, possibilitando assim o início dos pagamentos da parcela de entrada e efetivação dos parcelamentos do FGTS.

No momento aguardamos a conclusão da PGFN da adesão do termo de débitos inscritos em dívida ativa de natureza previdenciária e demais débitos, com previsão de efetivação em janeiro/2024.

EDUCA PRODUTOS E SERVIÇOS

(em recuperação judicial)

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Perda de crédito estimada (“PCR”) - Dificuldade de pagamento das mensalidades por perda de renda dos alunos ou de familiares responsáveis financeiros, havendo possibilidade de aumento da PCR para os casos de alunos inadimplentes e evadidos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram identificados impactos significativos no volume de recebíveis que justifiquem remensuração da provisão com base na perda esperada.

21. Aprovação para emissão das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram aprovadas para emissão pelo Conselho de administração e diretoria geral em reunião realizada em 28 de dezembro de 2023.

Ismael Forte Valentin
Diretor Geral

Angela Maria Quartarolo Gallo
Contadora
CRC: 1SP198145/O-3

As demonstrações contábeis foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda - CRC 2 SP 013846/O-1, com parecer emitido em 29/02/2024.